

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - *campus* SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS (CECH)
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA (DPsi)

LETÍCIA MORAES CABIANCA

**DIFERENÇAS ENTRE AS PERCEPÇÕES DE MÃES ENCARCERADAS E MÃES
EXTERNAS AO CÁRCERE QUANTO AO EXERCÍCIO DA MATERNIDADE**

São Carlos - SP

2023

LETÍCIA MORAES CABIANCA¹

Diferenças entre as percepções de mães encarceradas e mães externas ao cárcere quanto ao exercício da maternidade

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos.

Orientadora: Sabrina Mazo D'Affonseca



São Carlos - SP

2023

¹ Bolsista FAPESP Processo 2021/13862-7

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que me apresentaram a possibilidade de um olhar sensível e atento ao outro, o que culminou neste trabalho. Obrigada por terem, por toda a minha vida, se dedicado a fazer com que os estudos fossem minha única preocupação. Pai, te agradeço por sua trajetória, que te fez um homem tão forte e determinado quanto sensível. Você me ensinou a transpor adversidades com resiliência sem, contudo, deixar de se encantar com a vida. Mãe, te agradeço por tanto cuidado e afeto. Obrigada por se fazer presente em todos os aspectos da minha vida, em todas as suas fases. Foi você quem me mostrou a importância e a beleza de se atentar para as vivências de quem é, assim como nós, mulher. À você, mulher e mãe, minha maior admiração. Aos dois, obrigada por serem tão carinhosos comigo. Minhas conquistas são igualmente suas.

Ao meu companheiro de vida, Nicolas. Agradeço por nossas trajetórias, ainda que tão diferentes, terem convergido a tempo de te ter comigo neste momento tão importante. Obrigada por ter genuinamente me ouvido falar sobre este trabalho. Você participou de todo o processo de sua elaboração, desde a escolha do tema até a escrita dos resultados. Incentivou que eu não desistisse nos momentos difíceis, comemorou cada uma das minhas conquistas, fez o restante das tarefas para que eu não me sobrecarregasse e, o mais importante, me mostrou que não só posso, mas devo conduzir minhas responsabilidades com leveza. Meu coração vibra por sua presença nessa jornada.

Aos meus amigos, por serem tão gentis e amorosos comigo. Viver com vocês me comprova a riqueza que reside na singularidade de cada ser humano. Obrigada por serem, ao mesmo tempo, conversa séria, diversão e consolo. Obrigada, também, por sempre demonstrarem tanto orgulho de quem sou pessoal e academicamente; o orgulho que sinto por cada um de vocês é tão grande quanto.

À Carolina e à Nathalia, auxiliares de pesquisa, que codificaram as entrevistas deste trabalho para que eu pudesse analisar os dados obtidos. Obrigada por terem se disponibilizado à essa função e por desempenharem-na com dedicação e maestria.

Às participantes desta pesquisa. Agradeço por vocês terem aceito participar deste estudo e por terem confiado em mim ao expor diversas questões que perpassam suas vivências enquanto mulheres-mães. A história de cada uma de vocês contribui profundamente para minha constituição enquanto ser humano e futura psicóloga, assim como para a ciência brasileira. Vocês são, todas, admiráveis.

À Sabrina, minha orientadora. Obrigada por ter acreditado no meu potencial e por ter me amparado em todas as etapas deste trabalho. Cada conselho que me deu e cada correção que fez

nesta pesquisa foram cruciais para que ela se desenvolvesse da melhor maneira possível. Te agradeço por ter me acolhido com tanto carinho nos momentos difíceis e por ter feito desta pesquisa um trabalho muito gostoso. Carregarei seu nome em minhas publicações e vida.

À FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) pelo apoio financeiro a esta pesquisa e por contribuir com minha formação profissional.

“Para ser grande, sê inteiro: nada
Teu exagera ou exclui.
Sê todo em cada coisa. Põe quanto és
No mínimo que fazes.
Assim em cada lago a lua toda
Brilha, porque alta vive”

(Ricardo Reis)

RESUMO

As várias ponderações quanto ao exercício da maternidade tornaram o “ser mãe” questão central de diversos estudos, que reiteram as diferentes facetas do maternar a depender do contexto em que se é visto. Um dos contextos em que a maternidade expressa desdobramentos delicados é o ambiente carcerário brasileiro, cenário de desmedida vulnerabilidade. Existem, nesse sentido, estudos sobre os significados da maternidade para mães encarceradas, além de estudos sobre esses significados para mães que se situam fora do ambiente prisional. No entanto, não foram encontrados trabalhos com análises comparativas entre os dois grupos. Diante da inexistência de estudos comparativos, somada ao crescente aumento do número de mulheres que dividem o ambiente prisional com seus filhos, o presente trabalho tem como objetivo analisar as percepções de mães encarceradas e as percepções de mães que se situam fora do ambiente prisional quanto ao exercício da maternidade, buscando identificar semelhanças e diferenças no processo de maternar. Para tal, participaram do estudo 10 mães cujos filhos possuíam até 6 meses de idade, sendo 5 delas encarceradas e, as outras 5, externas ao cárcere. O recrutamento dessas mães foi realizado de modo que as participantes fossem equivalentes entre si quanto a variáveis sociodemográficas e número de filhos. As participantes responderam a um questionário de caracterização, ao Critério Brasil a Escala de Suporte Social (EPSUS-A) e a uma entrevista semiestruturada para obtenção de suas percepções acerca do exercício da maternidade. Os dados quantitativos foram analisados a partir de estatísticas descritivas, enquanto os dados qualitativos foram analisados a partir da análise temática. Como resultados, foram identificadas semelhanças entre os dois grupos de mães quanto ao apoio social percebido, aos sentimentos diante da descoberta da gravidez e à existência de sofrimentos e preocupações na maternidade; ao passo que foram identificadas diferenças relativas ao incômodo quanto às mudanças corporais desencadeadas pela gravidez, ao tipo de aspecto mais salientado no parto, à presença de violência obstétrica, às questões envolvidas na amamentação, ao grau de apoio para o desempenho da maternidade, à percepção de si como mães e ao tipo de sofrimento mais enfrentado. Concluiu-se que o contexto onde a maternidade é exercida têm influência sobre as percepções quanto ao seu exercício.

Palavras-chave: cárcere; maternidade; mães; percepções; prisão; significados.

ABSTRACT

The various considerations regarding the exercise of motherhood made “being a mother” a central issue in several studies, which reiterate the different facets of motherhood depending on the context in which it is seen. One of the contexts in which motherhood expresses delicate consequences is the Brazilian prison environment, a scenario of immeasurable vulnerability. In this sense, there are studies on the meanings of motherhood for incarcerated mothers, in addition to countless studies on these meanings for mothers who are located outside the prison environment. However, no studies were found with comparative analysis between the two groups of meanings. Given the lack of comparative studies, added to the increasing number of women who share the prison environment with their children, this study aims to analyze the perceptions of incarcerated mothers and the perceptions of mothers who are located outside the prison environment regarding the exercise of motherhood, seeking to identify similarities and differences in the mothering process. To this end, 10 mothers whose children were up to 6 months old participated in the study, 5 of them incarcerated and the other 5 outside prison. These mothers were recruited so that the participants were equivalent to each other in terms of sociodemographic variables (age, income, education, self-declaration of color and marital status) and number of children, in order to minimize the effects of these variables on the results found. The participants answered a questionnaire characterizing the participants, the Critério Brasil for categorization into a socioeconomic class, a scale for analyzing their social support (EPSUS-A) and a semi-structured interview to obtain their perceptions about the exercise of motherhood. Quantitative data were analyzed using descriptive statistics, while qualitative data were analyzed using thematic analysis. As a result, similarities were identified between the two groups of mothers in terms of perceived social support, feelings of discovering the pregnancy and the existence of suffering and concerns in motherhood; while differences were identified related to discomfort regarding the body changes triggered by pregnancy, the type of aspect most highlighted in childbirth, the presence of obstetric violence, issues involved in breastfeeding, the degree of support for motherhood performance, the perception of themselves as mothers and the type of suffering most faced. It was concluded that the context where motherhood is exercised has an influence on perceptions regarding its exercise.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
MÉTODO	13
Participantes	13
Instrumentos	13
Procedimentos	15
<i>Etapa 1 - Condução dos procedimentos éticos</i>	15
<i>Etapa 2 - Recrutamento das participantes</i>	15
<i>Etapa 3 - Coleta de dados</i>	16
<i>Etapa 4 - Análise dos dados</i>	17
RESULTADOS	19
DISCUSSÃO	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	34
ANEXOS	37
Anexo 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	37
Anexo 2 - Questionário de caracterização das participantes	42
Anexo 3 - Critério Brasil de classificação socioeconômica	44
Anexo 4 - Escala de Percepção do Suporte Social (versão adulta) EPSUS-A	47
Anexo 5 - Entrevista semiestruturada	51

INTRODUÇÃO

A discussão em torno das diferenças entre os sexos permeia a construção da história da humanidade. No século XVIII, as diferenças entre homens e mulheres apoiavam-se sobre uma concepção anatômica, intitulada *one-sex-model*. Segundo Laqueur (1989), citado por Costa (1992, p. 100), a mulher era entendida como sendo um homem invertido, em que seu útero era o escroto feminino, seus ovários eram os testículos, sua vulva um prepúcio e sua vagina um pênis. A concepção dominante do século tomava, então, a anatomia masculina como modelo de perfeição e a mulher como inversão desse modelo, atestando o domínio da superioridade masculina. Essa concepção toma uma direção diferente na transição do século XVIII para o século XIX: as diferenças entre os sexos extrapolam a perspectiva anatômica e passam a situar-se política e ideologicamente, atribuindo às funções sociais masculinas as preocupações políticas e econômicas e restringindo as funções sociais femininas ao ambiente doméstico (Costa, 1992). As consequências morais dessa nova concepção mantêm o status de inferioridade da mulher e, por conseguinte, o domínio masculino.

A soberania política e ideológica masculina até então vigorosamente afirmada vê-se em conflito no momento das movimentações sociais propiciadas pelas Revoluções Francesa e Industrial: as mulheres propõem uma rediscussão dos papéis atribuídos aos sexos, ansiando por igualdade e independência. Esse movimento resulta numa desordem do papel do homem do século XIX, que passa a unir esforços para consolidar sua masculinidade. Nesse momento, são reiterados os traços concernentes ao homem forte e viril, relativos à sua forma de vestir-se, andar, falar e comportar-se (Gay, 1995). Aqui, cabe a evidência das qualidades psicológicas atribuídas à virilidade masculina: deve haver coragem, bravura, agilidade e força, além de restrição emocional. Os traços então afirmados contribuem para a manutenção do estado de dominação masculina.

O século XIX foi, portanto, tomado pelo afínco masculino de reafirmar-se enquanto sexo dominante e pelo incansável questionamento feminino quanto a tal dominação. Como um destes questionamentos, desponta-se o exercício da maternidade, que passa a ser apontado como a causa principal da dominação do sexo masculino sobre o feminino, já que o lugar das mulheres na reprodução biológica - gestação, parto, amamentação e consequentes cuidados com as crianças - determina a ausência das mulheres no espaço público, confinando-as ao espaço privado (Beauvoir, 1960 *apud* Scavone, 2001). Em vista disso, contribuindo para a perspectiva da maternidade como controle social masculino, passam a ser incrementadas tecnologias contraceptivas e conceptivas, que concedem às mulheres a autoridade sobre tornar-se, ou não, mãe, ameaçando o destino social

de maternas das mulheres (Scavone, 2001). Deste cenário em diante, muitos foram os pensamentos acerca da maternidade e suas contradições, mudanças e permanências. As diversas ponderações quanto ao tema fizeram o “ser mãe” tornar-se questão central de vários estudos.

O estudo de Demarchi *et al.* (2017) que objetivou analisar as percepções de gestantes e puérperas primíparas quanto à maternidade, atestou uma pluralidade de preocupações quanto ao desempenho do papel materno. A preocupação mais proeminente entre as gestantes primíparas concernia à capacidade de desempenhar a maternidade com sucesso, seguida pela preocupação quanto ao efeito das mudanças individuais sobre a dinâmica familiar em relação aos novos papéis a serem estabelecidos. Outras preocupações significativas competiam à diminuição da renda familiar em razão dos gastos com a chegada do bebê e às mudanças gravídicas, principalmente quanto ao excesso de peso e ao surgimento de estrias na pele. Entre as puérperas primíparas, as principais preocupações tangiam às dificuldades quanto ao aumento de afazeres domésticos somados ao cuidado com o bebê, às dificuldades devido às restrições decorrentes do parto cesáreo e à falta de apoio, sobretudo advinda do companheiro (Demarchi *et al.*, 2017). Com maior especificidade, o estudo de Casarotto (2021), que explorou relatos de primíparas de bebês ao longo dos 4 primeiros meses de vida da criança, apontou dificuldades para lidar com o sono do bebê e com sua demanda de frio e calor, dificuldades quanto à divisão dos cuidados noturnos com o parceiro e outras preocupações, que despertaram nas mães entrevistadas sentimentos de exaustão, cansaço, incômodo, mágoa, culpa, tristeza, raiva, desespero e ansiedade.

No mesmo sentido, o estudo de Scavone (1985) objetivou investigar as múltiplas faces da maternidade para mães em situação de pobreza. Neste estudo, fica evidente a contradição existente na significação da gravidez: enquanto algumas mulheres associavam a gravidez à saúde e energia, outras a tinham como falta de saúde e fraqueza física. Outra contradição encontrava-se no fato de a maioria das mulheres se declararem contrárias às práticas de aborto, ao mesmo tempo em que muitas delas revelavam terem tomado chás no primeiro mês da gestação. A maior parte das mulheres entrevistadas no estudo relatou ter feito pelo menos um parto em suas residências por se sentirem menos protegidas afetivamente nas maternidades e por não confiarem nos métodos lá utilizados. Outro achado do estudo concerne à amamentação, que aparece como garantia de alimentação pela falta de recurso financeiro para alimentar o filho de outra maneira. O mesmo estudo ainda aponta que as mulheres tinham a maternidade prolífera, ou seja, de alta média de filhos por mulher, como maneira de execução de poder e autoridade no espaço doméstico, já que sua autoridade era limitada política, econômica e socialmente (Scavone, 1985).

As implicações da maternidade aparecem, então, nos mais variados formatos, todos reiterando a complexidade do maternas, que assume diferentes facetas a depender do contexto em

que se é visto. Um dos contextos em que a maternidade expressa desdobramentos delicados é o ambiente carcerário. Verifica-se o número crescente ocupado por mulheres no cenário carcerário brasileiro: de 2000 até 2019, vê-se um aumento de 564% no número de detentas; mais especificamente, de 2010 até 2019, o aumento visto foi de 32%. Essas mulheres são, majoritariamente, pardas (40%), solteiras (44%), têm de 35 a 45 anos (22%), apresentam ensino fundamental incompleto (32%) e receberam mandado de prisão por tráfico de drogas (38%). Além disso, 276 dessas mulheres eram gestantes ou parturientes e 225 eram lactantes, dividindo espaço com seus filhos na prisão (INFOPEN, 2020). As detentas, em sua maioria, apresentavam histórico de vínculo familiar precário, perda precoce dos pais, baixos índices de sociabilidade e acesso precário à educação (Tye & Mullen, 2006; Wright *et al.*, 2006; Gunter *et al.*, 2008). Somada ao histórico de vulnerabilidade social e psicológica dessas mulheres, a atmosfera hostil do ambiente prisional torna as relações lá experienciadas frágeis, sendo marcadas por sensações de insegurança e desconfiança, o que dificulta a criação e a manutenção de laços de amizade e companheirismo (Lima, 2013).

São muitos os agentes estressores presentes no espaço carcerário, os quais contribuem para a deterioração da saúde mental das mulheres que ali vivem. A saúde mental da mulher encarcerada também é comprometida pelo estigma da delinquência conferido pela prisão, pelo rompimento das relações afetivas construídas anteriormente ao cárcere e pelo processo de “mutilação do eu”: muitas detentas destacam mudanças intensas quanto a concepção de si em função da morte civil, sendo acometidas por incertezas quanto à sua própria identidade. Diante dos sentimentos recorrentes de tristeza, dor, desesperança e solidão, essas mulheres se empenham diariamente para construir estratégias de enfrentamento para se adaptarem à institucionalização prisional, muitas vezes apoiando-se sobre a fé, o trabalho e sobre suas companheiras de cárcere, que, na ausência de amigos e familiares, se tornam sua única rede de apoio (Lima, 2013). O esforço pela construção de estratégias de enfrentamento, em razão da grande quantidade de fatores contribuintes para o comprometimento psíquico das detentas, é, muitas vezes, insuficiente, sendo o suicídio responsável em 23,5% pela mortalidade feminina no sistema prisional (INFOPEN, 2020).

O exercício da maternidade em meio a um cenário de desmedida vulnerabilidade requer inúmeras ponderações. No Brasil, muitas das mulheres encarceradas são mães e contam com a presença de seus filhos na prisão, dividindo o ambiente carcerário com 1.446 filhos (INFOPEN, 2020). Nesse sentido, a Lei de Execução Penal, por meio da Lei nº 11.942, de 28 de maio de 2009, preconiza que os estabelecimentos penais destinados às mulheres sejam dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 meses de idade. Somado a isso, a mesma lei prevê a obrigatoriedade da existência de seções para gestantes

e parturientes e de creches, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa. Considerando a partilha do ambiente prisional com seus filhos; se estar submetida a um espaço que é, por sua natureza, agressivo psicológica e estruturalmente já é uma tarefa de dificuldades e inseguranças, a presença de um filho em meio a tamanha hostilidade configura-se, com efeito, como um fato de alta complexidade.

O estudo de Oliveira, Miranda e Costa (2015), sobre as percepções de mães encarceradas acerca do exercício da maternidade no ambiente prisional, demonstrou que, apesar das preocupações quanto à precariedade do ambiente, algumas mães têm a presença do filho no cárcere como um alento durante o aprisionamento. No entanto, a separação futura do filho é apontada por essas mulheres como um de seus maiores sofrimentos, o que implica na evitação, por parte de algumas mães, do estreitamento do laço afetivo mãe-filho para que a dor da separação seja diminuída. Outro sofrimento constatado pelos relatos das mães encarceradas concerne à incapacidade de exercer funções maternas no ambiente prisional, como levar as crianças ao médico: são os agentes que desempenham essa função, o que, para as detentas, deveria ser papel da mãe. Muitas mães também relatam receio de esquecimento por seus filhos após a separação e receio de representarem um modelo inadequado de conduta para estes (Oliveira, Costa & Miranda, 2015).

As mesmas mulheres ainda mencionam seus filhos que estão fora do ambiente prisional, salientando que a fragmentação familiar afeta tanto o filho que está com ela na prisão, que fica distante do pai, irmãos e avó; quanto os filhos que estão fora da prisão, que ficam distantes da mãe. Essas mães também demonstram preocupação quanto à inexistência de suporte familiar para cuidar do filho após a separação, reflexo da fragmentação familiar. Até o momento da separação, as detentas criam, entre si, mecanismos de suporte para as mulheres mães, constituindo-se como rede de apoio. Apesar de as detentas, enquanto rede de apoio, serem convenientes às mães, seus julgamentos interferem nas práticas educacionais delas, que têm sua liberdade tolhida. O estudo ressalta a existência de mães que, ainda que preocupadas com os filhos distantes de seus cuidados, alegam preferirem não manter contato com seus filhos pequenos. À isso elas atribuem dois motivos: a insalubridade do ambiente prisional, no caso de seus filhos ficarem continuamente em sua presença; e a revista íntima feita no momento da visita, que exige o ato de despir a criança, tido como constrangedor e humilhante pelas detentas (Oliveira, Costa & Miranda, 2015).

Ainda que haja incontáveis estudos sobre os significados da maternidade para mães que se situam fora do ambiente prisional, como os estudos de Demarchi *et al.* (2017), de Casarotto (2021) e de Scavone (1985), e estudos sobre esses significados para mães encarceradas, como o de Oliveira, Miranda e Costa (2015), não foram encontrados trabalhos com análises comparativas

entre os dois grupos de significados. Não havendo análises comparativas diretas, os estudos até esta ocasião encontrados expressam enfoques diferentes para a percepção da maternidade para mães que não integram o sistema prisional e para mães detentas: o panorama principalmente destacado nos estudos quanto ao primeiro grupo abrange a preocupação quanto ao efeito das mudanças individuais sobre a dinâmica familiar e a falta de apoio, advindo principalmente do companheiro (Demarchi *et al.*, 2017); já o enfoque dos estudos quanto ao segundo grupo se dá no sofrimento desencadeado pela futura separação do filho (Oliveira, Costa & Miranda, 2015). Tendo em vista o crescente aumento do número de mulheres no cárcere, que, muitas vezes, dividem o ambiente prisional com seus filhos, a relevância da temática da maternidade e seus desdobramentos, e a carência de estudos comparativos, como anteriormente dito, o presente trabalho tem como objetivo analisar as percepções de mães que se situam fora do ambiente prisional e as percepções de mães encarceradas quanto ao exercício da maternidade, buscando identificar semelhanças e diferenças no processo de maternar.

MÉTODO

Participantes

O presente estudo foi realizado com 10 mães com idade superior a 18 anos, cujos filhos apresentavam, no momento da coleta de dados, até 6 meses de idade. As participantes foram divididas em dois grupos: um grupo composto por 5 mães que se encontravam encarceradas no momento da aplicação dos instrumentos e outro grupo composto por 5 mães externas ao cárcere.

As mães encarceradas cumpriram com os requisitos de dividir o ambiente prisional com seu filho e estar sob regime fechado em penitenciária localizada no estado de São Paulo, enquanto as mães externas ao cárcere atenderam aos requisitos de ser do estado de São Paulo, residir com seu filho e ter variáveis sociodemográficas (idade, renda, escolaridade, autodeclaração de cor e situação conjugal) e número de filhos equivalentes às mães encarceradas, de forma a minimizar os efeitos dessas variáveis sobre os resultados encontrados.

Instrumentos

1. Questionário de caracterização das participantes (Anexo 2), elaborado pela pesquisadora para atender aos objetivos da presente pesquisa, que contém questões relativas à idade da participante, autodeclaração de cor, nível de escolaridade, situação conjugal, número de filhos e idade do filho alvo da pesquisa, em meses. Para o grupo de mães encarceradas, foi adicionada uma seção referente a sua reclusão, que contém questões relacionadas ao tipo de crime cometido, tempo de pena cumprido e tempo de pena restante.
2. Critério Brasil, elaborado pela ABEP - Associação Brasileira de Empresas e Pesquisa (Anexo 3), que consiste em um indicador criado para definir a classe socioeconômica de uma família. O instrumento é composto por questões relativas à quantidade de itens do domicílio da participante, ao acesso da participante a serviços públicos e ao grau de instrução do chefe da família da participante. A categorização em classes socioeconômicas é feita com base em um sistema de pontuação, em que cada alternativa das questões apresenta uma pontuação definida pelo manual do Critério Brasil (ABEP, 2021). A soma final dos pontos categoriza a participante em uma classe socioeconômica dentre as A (45-100 pontos), B1 (38-44 pontos), B2 (29-37 pontos), C1 (23-28 pontos), C2 (17-22 pontos) e D-E (0-16 pontos).

3. Escala de Percepção do Suporte Social (versão adulta) EPSUS-A, elaborada por Baptista e Cardoso (2010) (Anexo 4). O instrumento avalia questões como afetividade, interações sociais, processos de tomada de decisões, relações sociais e enfrentamento de problemas, de modo a explorar o nível de suporte social das participantes. O teste conta com três momentos: no primeiro momento, a partir da frase “Posso contar com pessoas que...”, a participante lê 36 afirmações e assinala uma dentre as 4 alternativas de uma escala Likert - nunca, poucas vezes, muitas vezes, sempre; no segundo momento, a participante responde em quantas pessoas pensou para responder à questão anterior - nenhuma, 1 a 4 pessoas, 5 a 7, 8 a 10, mais que 10; por fim, no terceiro momento, a participante assinala os grupos aos quais pertencem as pessoas nas quais ela pensou para responder à primeira questão - família, parentes, vizinhos, amigos da escola/universidade, amigos em geral, outros (com espaço para descrição), entre outros. A análise dos dados obtidos através deste instrumento é feita a partir da instrução de seu manual, de modo que a escala pode variar de 0 a 108 pontos em sua pontuação total. A Tabela 1 apresenta a classificação normativa do instrumento.

Tabela 1. Tabela normativa para a amostra total nas quatro dimensões e na pontuação total da EPSUS-A (Baptista & Cardoso, 2010)

	Baixo	Médio-Baixo	Médio-Alto	Alto
Afetivo	0-31	32-37	38-43	44-51
Interações Sociais	0-6	7-8	9-10	11-15
Instrumental	0-10	11-13	14-17	18-21
Enfrentamento de Problemas	0-10	11-12	13-15	16-21
Pontuação Total	0-63	64-73	74-85	86-108

4. Roteiro de entrevista semiestruturada elaborado pela pesquisadora (Anexo 5), o qual conta com 8 eixos principais acerca do exercício da maternidade: (1) sentimentos diante do resultado confirmatório da gravidez, (2) possibilidade de aborto, (3) percepções acerca do parto, (4) mudanças corporais percebidas, (5) significado da amamentação, (6) caracterização das principais fontes de apoio para o exercício da maternidade, (7) sofrimentos enfrentados durante a maternidade e (8) percepções quanto ao ser mãe.

Procedimentos

Etapa 1 - Condução dos procedimentos éticos

Esta pesquisa foi conduzida de acordo com as diretrizes e normas que regem a pesquisa científica, considerando as prerrogativas da Resolução nº 510/16 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de São Carlos (parecer 5.307.559, CAAE 54428321.1.0000.5504), tendo a pesquisa sido iniciada apenas mediante tal aprovação.

Participaram da pesquisa apenas as mães que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo 1), que contém informações sobre os riscos e benefícios da participação na pesquisa. O anonimato das participantes foi assegurado, sendo requisitado que cada participante escolhesse o nome de uma flor para que representasse seu verdadeiro nome. Além disso, às participantes, foi assegurada a possibilidade de interrupção de sua participação na pesquisa a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

Etapa 2 - Recrutamento das participantes

O recrutamento das mães encarceradas foi realizado por intermédio das Coordenadorias Regionais de Unidades Prisionais do estado de São Paulo. Após ter enviado, via e-mail, os documentos solicitados pelas coordenadorias, a pesquisadora obteve a aprovação das Coordenadorias da Região Noroeste do Estado (Penitenciária Feminina de Guariba e Penitenciária Sandra Aparecida Lário Vianna, de Pirajuí), Oeste do Estado (Penitenciária Feminina de Tupi Paulista) e Metropolitana do Estado (Penitenciária Feminina da Capital). Apesar da aprovação para recrutamento de participantes em 4 penitenciárias, por uma questão de viabilidade e de presença de mulheres que atendessem aos critérios de inclusão da pesquisa, os dados foram coletados apenas

nas Penitenciárias Feminina de Guariba e Sandra Aparecida Lário Vianna, de Pirajuí. Na primeira, 3 mulheres participaram da pesquisa e, na segunda, 2 mulheres; totalizando 5 participantes no grupo de mães encarceradas.

O recrutamento das mães externas ao cárcere, por sua vez, foi realizado após a coleta de dados com as mães encarceradas, de modo a garantir características sociodemográficas equivalentes entre os dois grupos. O recrutamento das participantes ocorreu, por conveniência, a partir de parcerias estabelecidas entre a pesquisadora e a Associação PROARA - Projeto Aracy (Organização Não Governamental do município de São Carlos) e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Vila Santa Fé do município de Pirassununga. De 51 mães inscritas na Associação PROARA, 4 foram selecionadas por atenderem aos critérios de inclusão da pesquisa, sendo que 3 aceitaram participar da pesquisa e 2 efetivamente responderam a todos os instrumentos. No CRAS da Vila Santa Fé do município de Pirassununga, de 37 mães, 5 foram convidadas e 3 efetivamente responderam a todos os instrumentos da pesquisa; totalizando 5 participantes no grupo de mães externas ao cárcere.

Etapa 3 - Coleta de dados

Anteriormente ao agendamento do encontro remoto com as 5 mães encarceradas, a pesquisadora enviou, via e-mail das penitenciárias, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de modo que as participantes se apropriassem das informações sobre os riscos e benefícios de sua participação na pesquisa. Depois de obtidas as assinaturas das mães no TCLE, a pesquisadora acordou, previamente, uma data e horário com as assistentes sociais de cada penitenciária para que os dados das participantes fossem coletados, de forma online e individual, a partir de videochamada pela plataforma Google Meet. Durante a coleta, as participantes responderam aos instrumentos, descritos em sua respectiva seção, no formato de entrevista. Nos encontros, as participantes tiveram acesso à imagem e ao microfone da pesquisadora, enquanto a pesquisadora teve acesso apenas ao microfone das participantes, como solicitado pelas coordenadorias. Os encontros foram gravados para posterior transcrição e análise dos dados obtidos.

A coleta de dados das mães externas ao cárcere ocorreu tanto de forma remota, quanto presencial. As mães recrutadas na Associação PROARA participaram da coleta remotamente, a partir de videochamada com a pesquisadora, pela plataforma Google Meet. A coleta de dados das participantes recrutadas no CRAS, por sua vez, ocorreu presencialmente, dado que as participantes apresentavam dificuldades de acesso à internet e à plataforma que realiza a videochamada. Isto

posto, a coleta de dados ocorreu em uma sala disponibilizada pelo CRAS, que garantia condições ideais de iluminação, ventilação e sigilo. Vale ressaltar que, durante toda a coleta de dados, a pesquisadora seguiu as orientações da OMS (Organização Mundial da Saúde) para prevenção da COVID-19, ou seja, fez o uso de máscara, manteve o distanciamento social e higienizou as canetas para assinatura do TCLE a cada uso. Tanto as entrevistas presenciais quanto as remotas foram gravadas mediante autorização das participantes.

Etapa 4 - Análise dos dados

Os dados quantitativos obtidos no questionário de caracterização das participantes e no Critério Brasil de classificação socioeconômica foram analisados a partir de estatísticas descritivas (frequências, médias e desvio padrão), já os dados da Escala de Percepção do Suporte Social EPSUS-A foram analisados de acordo com as instruções contidas no manual do instrumento, como descrito no terceiro tópico da seção de instrumentos. Para verificar se havia diferença estatisticamente significativa entre os grupos (mulheres encarceradas e externas ao cárcere) quanto à percepção do suporte social, foi realizado o teste não paramétrico de comparação de grupos Mann-Whitney a partir do software estatístico JASP, versão 0.16.4.

Os dados qualitativos, por sua vez, foram analisados a partir da análise temática, que tem por objetivo identificar temas presentes na comunicação analisada. Os temas são núcleos de sentido que compõem a comunicação e são, na análise temática, graficamente representados por uma palavra, frase ou resumo. No momento em que os temas são graficamente representados, estes recebem o nome de “códigos”. O produto da análise temática é a presença ou frequência de aparição dos códigos identificados, a partir da qual se pode fazer inferências frente ao objetivo da pesquisa (Gomes, 1993).

Todas as entrevistas foram transcritas integralmente pela pesquisadora. Após a transcrição das entrevistas, a pesquisadora realizou a codificação das entrevistas para a elaboração de uma lista de códigos. Posteriormente, duas avaliadoras ingênuas, ambas estudantes do curso de psicologia, fizeram a codificação de uma entrevista selecionada com base na lista de códigos elaborada pela pesquisadora, de forma independente. Finalizada a análise dessa entrevista, foi realizada o teste kappa de confiabilidade interobservadores a partir do software SPSS, versão 22.0. A interpretação da magnitude dos estimadores de concordância Kappa é convencionalizada como: 0 (ausência), 0,0-0,19 (pobre), 0,20-0,39 (fraca), 0,30-0,59 (moderada), 0,60-0,79 (substancial), e $\geq 0,80$ (quase completa). O índice Kappa obtido entre a pesquisadora e uma das auxiliares foi de 0,82; entre a pesquisadora e a outra auxiliar, de 0,79; e entre as duas auxiliares, de 0,68, isto é,

substancial ou quase perfeita. Diante disso, as transcrições das 9 entrevistas restantes foram aleatoriamente distribuídas entre as avaliadoras para a codificação independente das mesmas. Finalizada a etapa de codificação, procedeu-se à categorização e análise temática de modo a identificar as semelhanças e diferenças entre a experiência de maternar nos dois diferentes contextos; cárcere e não cárcere.

RESULTADOS

A Tabela 2 apresenta os dados de caracterização dos dois grupos de participantes: encarceradas e não encarceradas.

Tabela 2. Tabela de categorização das participantes

	ENCARCERADAS					EXTERNAS AO CÁRCERE				
	Margarida	Rosa	Jasmim	Girassol	Orquídea	Lírio	Tulipa	Violeta	Hibisco	Azaleia
Idade	31	25	23	37	41	30	22	20	35	44
Renda	C1	C2	C1	C1	B2	C1	C2	C1	C1	B2
Escolaridade	Ensino Médio incompleto	Ensino Médio incompleto	Ensino Médio completo	Ensino Médio completo	Ensino Médio completo	Ensino Médio incompleto	Ensino Médio incompleto	Ensino Médio completo	Ensino Fundamental completo	Ensino Médio completo
Autodeclaração de cor	Parda	Parda	Branca	Parda	Preta	Parda	Parda	Branca	Parda	Branca
Situação conjugal	Casada/em união estável	Solteira	Solteira	Solteira	Solteira	Solteira	Casada/em união estável	Solteira	Casada/em união estável	Casada/em união estável
Número de filhos	6	2	1	3	4	6	3	1	4	1
Idade do último filho	2 meses	5 meses	1 mês	3 meses	5 meses	4 meses	5 meses	4 meses	4 meses	4 meses
Crime cometido	Tráfico de drogas	Tráfico de drogas	Tráfico de drogas	Tráfico de drogas	Tráfico de drogas	Tráfico de drogas	Tráfico de drogas	Tráfico de drogas	Tráfico de drogas	Tráfico de drogas
Tempo de pena cumprido	4 meses	7 meses	10 meses	10 meses	9 meses					

Tempo de pena restante	1 ano e 1 mês	8 meses	4 meses	2 anos e 4 meses	4 anos
---------------------------	------------------	---------	---------	---------------------	--------

A idade das participantes encarceradas variou de 23 a 41 anos ($M=31$; $DP=7,6$); já das externas ao cárcere, de 20 a 44 ($M=30,2$; $DP=9,8$). A maioria de ambos os grupos ($n=3$) se autodeclarou parda. As participantes tinham de 1 a 6 filhos ($M=3,2$; $DP=1,9$ - encarceradas; $M=3$; $DP=2,1$ - externas ao cárcere), sendo que a idade do filho alvo da pesquisa variou de 1 a 5 meses ($M=3,2$; $DP=1,78$) no grupo de mães encarceradas e de 4 a 5 meses ($M=4,2$; $DP=0,44$) no grupo de mães externas ao cárcere. A renda familiar das participantes variou das classes B2 a C2, sendo a maioria de ambos os grupos ($n=3$) categorizada na classe C1. Quanto à escolaridade das mulheres, todas tinham o Ensino Fundamental completo, sendo que 3 mães encarceradas e 3 externas ao cárcere completaram o Ensino Médio. Em relação ao estado civil, a maioria das mulheres encarceradas ($n=4$) relatou que estavam solteiras, enquanto a maioria do outro grupo de mães ($n=3$) se declarou casada/em união estável. Todas as mulheres encarceradas foram detidas por tráfico de drogas e cumpriram pelo menos 4 meses de pena, restando cumprir de 4 meses a 4 anos.

A Tabela 3 exhibe os dados oriundos da análise das respostas da Escala de Percepção do Suporte Social (versão adulta) EPSUS-A dos dois grupos de participantes. Nela, estão contidas as pontuações de cada participante nas quatro dimensões e na pontuação total da escala, além de, entre parênteses, a análise de tais pontuações frente aos valores normativos para a amostra total da escala.

Tabela 3. Tabela de pontos das participantes nas quatro dimensões e na pontuação total da EPSUS-A

	ENCARCERADAS					M; DP	EXTERNAS AO CÁRCERE					M; DP
	Margarida	Rosa	Jasmim	Girassol	Orquídea		Lírio	Tulipa	Violeta	Hibisco	Azaleia	
Afetivo	31 (baixo)	17 (baixo)	45 (alto)	14 (baixo)	29 (baixo)	27,2; 14,4	30 (baixo)	31 (baixo)	44 (alto)	31 (baixo)	45 (alto)	36,2; 7,6

Instrumental	16 (médio -alto)	4 (baixo)	15 (médio -alto)	1 (baixo)	8 (baixo)	8,8; 6,6	7 (baixo)	6 (baixo)	16 (médio -alto)	6 (baixo)	18 (alto)	10,6; 5,8
Interações Sociais	5 (baixo)	2 (baixo)	13 (alto)	2 (baixo)	8 (médio -baixo)	6; 4,6	7 (médio -baixo)	8 (médio -baixo)	12 (alto)	5 (baixo)	13 (alto)	9; 3,4
Enfrentamento de Problemas	13 (médio -baixo)	4 (baixo)	17 (alto)	5 (baixo)	11 (médio -baixo)	10; 5,4	12 (médio -baixo)	8 (baixo)	14 (médio -alto)	12 (médio -baixo)	15 (médio -alto)	12,2; 2,7
Pontuação Total	65 (médio -baixo)	27 (baixo)	90 (alto)	22 (baixo)	56 (baixo)	52; 28	56 (baixo)	53 (baixo)	86 (médio -alto)	54 (baixo)	91 (alto)	68; 18,8

A partir dos dados da Tabela 3, verifica-se que a maioria das participantes (n=6) apresentou baixo suporte social total, sendo três delas encarceradas (*Rosa*, *Girassol* e *Orquídea*) e três não encarceradas (*Lírio*, *Tulipa* e *Hibisco*). O suporte afetivo, composto por itens que estão relacionados ao suporte de ordem emocional, isto é, a percepção da participante de que pode contar com outras pessoas, foi o que teve um maior número de participantes pontuando como baixo (n=7), seguido do suporte instrumental (n=6), caracterizado pela percepção de suporte de ordem material. Ao comparar as mulheres encarceradas e externas ao cárcere, verificou-se médias maiores em todas as subescalas e no escore total para as mulheres externas ao cárcere. No entanto, ao usar o teste de Mann-Whitney para verificar se havia diferenças significativas entre os grupos, não se observou diferenças estatisticamente significativas.

A partir da análise dos dados obtidos nas entrevistas, tem-se que 7 das 10 mães entrevistadas alegaram não terem planejado a gravidez, sendo 4 destas mulheres não encarceradas e 3 encarceradas. No entanto, ainda com o predomínio de gravidezes não planejadas entre o total das participantes, apenas 1 mãe, *Girassol*, pertencente ao grupo de mulheres encarceradas, relatou ter cogitado abortar, apesar de não ter tentado. Esta participante apontou a descoberta da gestação na prisão como a causa da cogitação do aborto. Quanto às 9 outras mães, que afirmaram não terem pensado em aborto durante a gestação, os motivos citados foram: ser da igreja (n=4), existir uma vida em seu ventre (n=3), ter desejado muito a gravidez (n=2) e estar em liberdade (n=1). O último

motivo se deve ao fato de que uma das participantes, pertencente ao grupo de mães externas ao cárcere, relatou ter sido presa em outro momento.

As reações das mães ao descobrirem a gravidez giraram em torno de felicidade, surpresa, insegurança, medo, ansiedade, desespero e tristeza; sendo que, na mesma fala, as sensações positivas apareciam junto das negativas, revelando a experiência de sentimentos mistos. Ainda assim, as sensações negativas frente à descoberta da gravidez apareceram com maior frequência nas falas das mães que descobriram a gestação já encarceradas, as quais atrelaram tais sensações ao fato de gestar, parir e criar o filho na prisão. Todavia, uma das mães que descobriu a gestação já encarcerada, *Orquídea*, atrelou as sensações negativas à sua idade:

Nossa senhora! Eu fiquei... daquele jeito! Acima de 40 anos?! Eu não acreditava. Quando acabou o ciclo pra mim, eu até pensei que tava entrando na menopausa, né? Nem imaginava. Aí, lá fora, tinha pessoas que falavam: “Ai, Orquídea, você engordou. Seus peitos cresceram mais.”. E eu dizia: “Que grávida, o que? Eu não tô grávida, não!”. Aí aqui dentro teve um tempo que eu já pensei: “Vou fazer um teste.”. Aí quando eu vi... Nossa senhora! Eu não acreditava. Eu pensava: “Os filhos tudo grande... O que vai ser de mim? O que os outros vão falar? Eu já nessa idade...”.

De modo semelhante às reações das mães, as reações dos pais circundaram felicidade, surpresa, medo e preocupação. Para os pais de filhos das mulheres que descobriram a gestação já encarceradas, a preocupação aparece como reação do pai à noção de que a mãe iria gestar, parir e criar o filho na prisão. Quanto à reação de felicidade de um dos pais ao receber a notícia da gravidez, vale destacar a fala de *Hibisco*, pertencente ao grupo de mães não encarceradas: *Ele ficou feliz, né? Homem, né, bem? Não vai parir, não vai ter que fazer as coisas... Fica feliz!*

Em relação às falas das entrevistadas quanto aos seus partos, duas classes de respostas foram identificadas: uma relativa às questões biológicas do parto e outra relativa às suas questões afetivas. As mães encarceradas, que pariram todas já presas, mencionaram questões biológicas do parto por mais vezes (n=8), enquanto tais questões foram menos mencionadas pelo outro grupo de mães (n=5). Dentre as questões biológicas mais citadas, estão: tipo de parto (cesariano/normal), nível de dor e grau de dilatação do colo do útero. As mães externas ao cárcere, por sua vez, mencionaram questões afetivas do parto por mais vezes (n=9), enquanto o outro grupo de mães as mencionou menos (n=6). Grande parte das questões afetivas envolvidas no parto compreende: sentimentos ao longo do trabalho de parto, sensações ao ver o rosto do filho, sensações ao ouvir o choro da criança e desejo da presença da família no parto, que apareceu na maior parte das falas das mães encarceradas (n=3).

Ainda quanto ao parto, de todas as mães entrevistadas, 8 relataram bom tratamento da equipe médica, sendo 5 dessas mães pertencentes ao grupo de não encarceradas, e 3 ao grupo de encarceradas. Das outras 2 mães encarceradas, uma alegou ter sido maltratada pela equipe, que, de acordo com a participante, foi grosseira e sem educação com ela; e outra disse ter recebido tratamento indiferente da equipe médica, que, segundo ela, está acostumada com o trabalho e, por isso, não faz questão de agradar a parturiente.

No tocante às mudanças corporais desencadeadas pela gravidez, 4 das 5 participantes encarceradas afirmaram não terem se incomodado com tais mudanças, tendo 3 delas atribuído a inexistência de incômodos ao encarceramento, como confessa Rosa: *Não, não deu pra ligar pra isso, não. Aqui dentro é outra coisa, né? A gente para de ligar pra essas coisas menores.* A única participante encarcerada que relatou ter se incomodado com as mudanças observadas em seu corpo apontou o ganho de peso como incômodo. Já no grupo de mães externas ao cárcere, apenas 1 das 5 mulheres relatou não ter se incomodado com as mudanças corporais. As outras 4 mães, em oposição, alegaram terem se incomodado com o ganho de peso (n=3), surgimento de estrias (n=3) e surgimento de varizes (n=1).

No que se refere a amamentação, as percepções das participantes evidenciaram a amamentação como um momento de troca de afetos entre a mãe e o filho (n=4), como fortalecedora do vínculo mãe-bebê (n=3), como tempo de qualidade da mãe ao filho (n=2) e como fornecimento de alimento ao bebê (n=2). Enquanto tais qualidades positivas apareceram isoladamente apenas nas falas das mulheres externas ao cárcere, 2 mães encarceradas trouxeram a separação do filho aos 6 meses de idade como uma adversidade na amamentação; seja pela necessidade de que o filho se acostumasse com a mamadeira; seja pelo desejo de que fosse amamentado por mais tempo. Além disso, apesar de muitas mães significarem o momento da amamentação, uma participante, pertencente ao grupo de mães externas ao cárcere, que não amamenta por ter os mamilos invertidos, relatou não ter interesse em amamentar, dado que já amamentou seus outros três filhos.

Quanto ao apoio para o exercício da maternidade percebido pelas mães, todas as mulheres encarceradas declararam sentirem-se apoiadas para tal, tendo citado como fontes de apoio: sua mãe (n=5), seu pai (n=3), o pai do bebê (n=3), seus amigos (n=1) e outras mulheres encarceradas (n=1). Em oposição a este grupo de mães, apenas 2 das 5 mães externas ao cárcere relataram sentirem-se apoiadas para o exercício da maternidade, sendo suas fontes de apoio: sua mãe (n=2), seu pai (n=1), o pai do bebê (n=2) e a família do pai do bebê (n=2). Das outras 3 mães, 2 referiram não se sentirem apoiadas e 1, *Azaleia*, alegou perceber apoio parcial:

Olha, eu sinto que tenho apoio pra cuidar dele, sim. Tenho meu marido, minha irmã que me ajuda, minha mãe também... Mas o que eu sinto mesmo é que, desde que eu me tornei mãe, me falta apoio pra mim mesma. As pessoas tão sempre querendo ver o neném, ficar com o neném... A gente fica de escanteio, né? Todo mundo pergunta “E o neném? Como tá?” e ninguém pergunta “E você? Como tá?”. Mas eu entendo. O duro é que eu não tenho alguém pra me ajudar nos serviços da casa. Então eu tenho uma rede de apoio pro bebê, mas pros serviços da casa, não. Então a casa vai ficando... e vai pesando pra mim.

Quando foi perguntado às participantes sobre quais são os maiores sofrimentos enfrentados durante a maternidade, as respostas do grupo de mães não encarceradas foram as mais diversas: privação de sono (n=1), necessidade de bem estar constante (n=1), renúncia pessoal (n=1), insegurança no desempenho da maternidade (n=1), preocupação com a educação/criação do filho (n=1), preocupação com o futuro do filho (n=2), e desempenho de múltiplas tarefas com a casa/filhos (n=3), como demonstra a fala de *Lírio*:

Eu me sinto sozinha... E é 6, né? E eu sozinha... Acho que já vai pro... Não sei explicar... Automático, acho. Tem coisa que era pra ser boa e eu nem consigo aproveitar... Ah, nem sei. É muita coisa... Eles tem que comer, tem que tá na escola... Aí sozinha...

Em contrapartida, nenhuma dessas percepções emergiu do grupo de mães encarceradas, que apontou como maiores sofrimentos enfrentados durante a maternidade: a distância dos outros filhos (n=1), o desejo da família acompanhar a maternidade (n=1), o momento da “tranca”² (n=1), ver o filho na prisão (n=4), a separação do filho aos 6 meses de idade (n=4) e a relação com desconhecidos após a separação (n=2). Ainda que a presença do filho na prisão se configure como sofrimento para muitas participantes, 2 mães tomaram tal presença como força para enfrentar o encarceramento. Quanto ao sofrimento por se separar do filho aos 6 meses, *Orquídea* diz:

Ah, o sofrimento maior pra mim é agora... Vão levar meu filho em agosto... Agora, né? Eu vou sofrer muito, eu imagino. Eu tenho só uns dias com ele, né? Então é nisso que eu fico mais pensando... Em ficar sem ele... Mas eu tô aqui pra cumprir! Eu tenho que cumprir essa pena.

Com relação a maneira como as mulheres se veem como mães, as participantes do grupo de mães não encarceradas mencionaram que se reconhecem como: esforçadas (n=3), pacientes (n=2), cuidadosas (n=1), apoiadoras (n=2) e inseguras (n=1). Já as participantes do outro grupo de

² O momento da “tranca” trata-se do instante em que as agentes penitenciárias fecham as celas das encarceradas para que elas e seus filhos durmam. De acordo com uma das participantes do estudo, a “tranca” tem início às 22h e fim às 8h do próximo dia.

mães, encarceradas, disseram que se veem como: esforçadas (n=3) e cuidadosas (n=2), além de terem admitido cometer erros ao desempenhar a maternidade (n=2). Ademais, quanto à percepção de si como mãe, todas as mulheres encarceradas disseram se perceberem como boas mães, ao passo que nem todas as mães não encarceradas alegaram se perceberem como boas mães. Isso porque uma delas, *Hibisco*, relatou, com falas contrastantes, se perceber como uma mãe ruim:

Eu defendo eles dos outros, sabe? Mas eu acho que tem hora que eu me coloco em primeiro lugar. Não tô nem aí. E eu não ligo mesmo! Se tem pouca comida, eu que como. E deixo eles olhando. Não me sinto mal, não. Então, ao mesmo tempo que eu me vejo uma heroína, esforçada, eu não me acho uma mãe boa, não.

Por fim, analisando o decorrer de todas as entrevistas, a alusão a Deus ou a religiosidade da própria participante foi vista com maior frequência nas falas das mulheres encarceradas (n=8), enquanto as mulheres não encarceradas fizeram tal alusão com menor frequência (n=3).

DISCUSSÃO

O presente trabalho teve como objetivo analisar as percepções de mães encarceradas e as percepções de mães que se situam fora do ambiente prisional quanto ao exercício da maternidade, buscando identificar semelhanças e diferenças no processo de matinar. Para atingir tal objetivo, foram recrutadas mães que tivessem características sociodemográficas (idade, renda, escolaridade, autodeclaração de cor e situação conjugal) e número de filhos semelhantes entre si.

Os dados obtidos permitiram identificar que tanto as mães encarceradas quanto as externas ao cárcere tiveram uma percepção de baixo suporte social em geral, não havendo diferença estatisticamente significativa entre os dois grupos. Esperava-se que mulheres encarceradas teriam uma percepção de menor suporte social geral do que mulheres externas ao cárcere, devido ao fato de estarem física e, muitas vezes, emocionalmente afastadas de figuras de apoio devido ao encarceramento. De acordo com Airosa e Silva (2013), o suporte social está negativamente relacionado com a ansiedade, depressão e estresse de mães, e positivamente relacionado com a vinculação materna, isto é: a presença de suporte social na maternidade está associada com menores níveis de ansiedade, depressão e estresse de mães, além de associada com o fortalecimento do vínculo entre a mãe e seu filho. Principalmente em condições estressantes, como se configura o contexto do encarceramento, a disponibilidade de uma rede de apoio social favorece a responsividade materna, trazendo benefícios a curto e longo prazo para a mãe e o bebê (Rapoport & Piccinini, 2006). Isto posto, o fato das mães terem percebido o suporte social por elas recebido como baixo pode ter impactos negativos sobre seus processos de matinar.

Quanto aos tipos de suporte social percebidos (afetivo, instrumental, interações sociais e enfrentamento de problemas), verificou-se que o afetivo foi o menos presente nos dois grupos de mães. De acordo com Bronfenbrenner (2005), um suporte afetivo significativo e estável pode ser considerado o principal elemento de superação de mudanças que compõem o ciclo de vida dos seres humanos. Nesse sentido, considerando a maternidade como uma mudança que atravessa diversos aspectos partes do ciclo de vida de algumas mulheres, a caracterização do suporte de ordem afetiva como baixo pode representar um impasse à adaptação dessas mulheres à sua nova realidade de mães, o que pode acarretar prejuízos para a própria mãe e para seu filho. Acredita-se que o fato de não serem mães primíparas (em média, as participantes de ambos os grupos tinham três filhos) pode ter contribuído para um menor envolvimento emocional da rede de apoio: por já serem mães “experientes”, não haveria necessidade de uma oferta de apoio afetivo substancial a elas.

Em relação ao suporte instrumental, Rodriguez e Cohen (1998) o relacionam a ajuda financeira, auxílios em relação à saúde, como levar ao médico, e outras ajudas de ordem prática, como oferecimento de moradia e alimentação em caso de impossibilidade do indivíduo. De acordo com os autores, essas atitudes de ordem instrumental são percebidas como manifestações de acolhimento por parte dos sujeitos que as recebem (Rodriguez & Cohen, 1998). À vista disso, sabendo que as participantes deste estudo foram, em sua maioria, categorizadas na classe socioeconômica C1³ e que elas têm, cada uma, até 6 filhos, a percepção de que recebem baixo suporte instrumental configura-se como um fator de risco. Isto porque, se tratando de uma família numerosa e de classe social menos favorecida, a insuficiência de recursos materiais e de suporte de ordem instrumental faz com que a maternidade seja dificultada: a preocupação da mãe quanto às questões financeiras da família pode, muitas vezes, colocar os cuidados com os filhos em segundo plano, além de aumentar os níveis de estresse dessas mães, o que reverbera em seus filhos (Muñoz *et al.*, 2013).

Ainda quanto ao suporte social percebido, o fato da maioria das mães encarceradas terem caracterizado suas interações sociais como baixas ratifica os achados de Wright *et al.* (2006), Tye e Mullen (2006) e Gunter *et al.* (2008), que afirmam que a maioria das detentas apresenta baixos índices de sociabilidade. Contrariamente a este grupo de mulheres, apenas uma mãe das não encarceradas caracterizou suas interações sociais como baixas, o que pode indicar que estar em reclusão foi decisivo para a caracterização das interações sociais das mães encarceradas. Ademais, o suporte para o enfrentamento de problemas foi caracterizado como insuficiente para a maioria das mães participantes da pesquisa.

Em relação à gravidez, sua descoberta gerou sentimentos mistos tanto para as mães encarceradas quanto para as externas ao cárcere, o que corrobora os dados encontrados no estudo de Leite *et al.* (2014), que afirma que, comumente, a descoberta da gestação proporciona emoções distintas, como alegria, surpresa e, algumas vezes, medo (Leite *et al.*, 2014). Rapoport e Piccinini (2006), nesse sentido, afirmam que o planejamento pessoal e o desejo da mulher em relação à maternidade são fatores que contribuem para o predomínio da vivência de sentimentos positivos na descoberta da gestação. Por outro lado, quando ocorre o contrário, principalmente na falta do apoio do companheiro ou da família, os autores afirmam que se misturam sentimentos de insegurança e solidão (Rapoport & Piccinini, 2006). Tal constatação vai ao encontro dos resultados da presente pesquisa, que demonstram que as sensações negativas frente à descoberta da gravidez apareceram com maior frequência nas falas das mães que descobriram a gestação já encarceradas,

³ A renda familiar média de uma pessoa caracterizada na classe socioeconômica C1 é de 3.194,33 reais e corresponde a 23,2% da população do sudeste do Brasil (ABEP, 2021).

ou seja, que não contavam com um apoio substancial do companheiro ou da família e que tiveram seu planejamento pessoal frustrado pelo encarceramento. Ademais, para essas mães, se descobrir grávida levou a preocupações quanto a gestar, parir e criar os filhos na prisão; preocupações essas também citadas pelos pais desses bebês.

De maneira semelhante às mães, os sentimentos experimentados por pais ao descobrirem a gestação da mulher são contraditórios, ambivalentes e conflituosos (Camus, 2000). Isto porque, para a maioria deles, a descoberta da paternidade supõe a admissão de novos papéis e responsabilidades. No entanto, para outros pais, a gravidez nada significa em termos de responsabilidade, seja pela mãe, pela criança ou pela casa da família (Bobak *et al.*, 1999), como *Hibisco* demonstra ao dizer que o pai de seu bebê se sentiu feliz com a descoberta por “*não ter que fazer nada*”, o que valida que os comprometimentos com a maternidade são confinados às mulheres.

Em razão da intensa produção de hormônios e das demais adaptações necessárias ao organismo para gerar um ser vivo, a gestação é uma fase que transforma fortemente o corpo das mulheres. Essas transformações incluem aspectos físicos e emocionais, os quais emergem não apenas das alterações fisiológicas ocorridas, mas como reação às mudanças físicas percebidas. Quanto às mudanças físicas, tem-se aumento da barriga e seios, dores nos seios e nas costas, micção frequente, surgimento de estrias e varizes, dentre outras. Quanto às mudanças emocionais, tem-se irritabilidade, sensibilidade aguçada, desânimo, labilidade emocional, incômodo quanto às transformações corporais, dentre outras. Nesse sentido, ao comparar as mães encarceradas e externas ao cárcere, verificou-se que as mães externas ao cárcere apresentaram incômodos relacionados às mudanças corporais com maior frequência, principalmente no tocante ao ganho de peso e ao surgimento de estrias, o que atesta os achados de Demarchi *et al.* (2017), que demonstram que o ganho de peso e o surgimento de estrias são as duas principais mudanças corporais percebidas como incômodo por mães. Comparativamente, a grande maioria das mães encarceradas alegou não se incomodar com tais mudanças em razão da reclusão, o que pode validar o processo de “mutilação do eu” mencionado no estudo de Lima (2013): o encarceramento provoca, para as detentas, mudanças intensas quanto a concepção de si - possivelmente, anteriormente à sua reclusão, essas mulheres se preocupavam mais com sua imagem corporal do que depois desse evento.

Ao serem questionadas a respeito da experiência do parto, as mães encarceradas apresentaram mais relatos sobre os aspectos biológicos envolvidos nessa experiência, ao passo que o outro grupo de mães mencionou aspectos afetivos com maior frequência. Este dado parece indicar que o contexto do encarceramento apresenta desdobramentos tão degradantes à saúde

mental das mulheres presas que tornam a vivência do nascimento do bebê uma experiência muito mais mecanizada que de vivência de afetos. Prova disso é que, ainda quando aspectos afetivos foram mencionados por este grupo de mães, foram direcionados ao desejo da presença da família no momento do parto. Tendo isso em vista, vale destacar a Lei Federal nº 11.108/2005, conhecida como “Lei do Acompanhante”, que determina que os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde - SUS, da rede própria ou conveniada, são obrigados a permitir à gestante o direito a acompanhante durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto. A Lei determina que este acompanhante será indicado pela gestante, podendo ser o pai do bebê, o parceiro atual, a mãe, um amigo, ou outra pessoa de sua escolha. Considerando que as mulheres encarceradas desta pesquisa pariram sozinhas, constata-se a negligência de um direito garantido por lei a este grupo marginalizado, já que nenhuma das mulheres externas ao cárcere mencionou a ausência de acompanhante.

Ainda quanto ao parto, cumpre destacar que duas mães encarceradas relataram ter sofrido violência obstétrica (VO) ao parirem. A VO é uma das manifestações da violência de gênero, visto que acomete única e exclusivamente mulheres. Este tipo de violência é desempenhada por profissionais e instituições de saúde e caracteriza-se por qualquer ação ou omissão com relação à mulher que envolva abuso, desrespeito, maus-tratos ou negligência durante o pré-natal, trabalho de parto, parto ou puerpério (OMS, 2014). Sabendo que uma dessas mulheres relatou ter sido maltratada pela equipe médica e outra ter sido tratada com indiferença, ambas, de fato, sofreram VO. Além disso, ao se ter a negligência no parto como violência obstétrica, constata-se que as mães encarceradas que pariram na ausência de acompanhantes também sofreram VO. Nesse sentido, vale salientar que, ainda que os dados quanto ao sofrimento de violência obstétrica sejam consideráveis para a população comum, tais dados chamam ainda mais a atenção para a população encarcerada: Leite *et al.* (2016) demonstrou que, enquanto 42% das mulheres externas ao cárcere avaliaram o tratamento recebido durante a estadia em maternidade como excelente, apenas 14% das mulheres encarceradas assim o avaliaram.

Quanto à amamentação, a percepção de algumas das mães entrevistadas de que o aleitamento materno é responsável pelo fortalecimento do vínculo mãe-bebê está em consonância com os achados da revisão sistemática de literatura de Coelho, Menezes e Lobo (2019), que atesta que a amamentação interfere positivamente na constituição de vínculos afetivos saudáveis entre a mãe e o bebê (Coelho, Menezes & Lobo, 2019). Além de fortalecer o vínculo mãe-bebê, vale pontuar que o aleitamento materno previne doenças à díade, diminui a mortalidade infantil, contribui para o desenvolvimento do bebê e auxilia no puerpério (Moraes *et al.*, 2020). Tratando-se especificamente do grupo de mães encarceradas, quanto à interrupção da amamentação em

razão da separação do filho aos 6 meses de idade, a OMS - Organização Mundial de Saúde (2017) afirma que, apesar de ser necessário que os bebês sejam alimentados exclusivamente com leite materno apenas até os 6 meses de idade, é recomendado que eles sigam sendo amamentados até, pelo menos, os 2 anos (OMS, 2017). De encontro à recomendação feita pela OMS, cabe ressaltar que a amamentação na prisão traz benefícios para o binômio mãe-bebê em aspectos fisiológicos, psicológicos e emocionais (Andrade, Bessa & Silva, 2020).

É válido destacar que todas as mulheres encarceradas relataram ter algum tipo de apoio para o exercício da maternidade, ao passo que apenas duas mulheres externas ao cárcere relataram se sentirem apoiadas para serem mães. Isto se deve, provavelmente, a dois fatores: (i) ainda que estejam distantes do pai do bebê e do restante da família, as mães encarceradas encontram apoio umas nas outras, como visto nesta pesquisa e na de Lima (2013); (ii) por estarem em reclusão, essas mães não se ocupam com afazeres domésticos, trabalho e cuidado com outros membros da família, como o marido e outros filhos, de modo que, por isso, elas conseguem se dedicar exclusivamente aos cuidados com o bebê, o que pode fazer com que elas sintam menos necessidade de um apoio substancial. Em contrapartida, mães não encarceradas ocupam diversas outras funções, haja visto o relato de *Azaleia* de que receber apoio parcial para o desempenho da maternidade faz com que ela se sinta sobrecarregada com as atividades domésticas.

A percepção de que mães se sentem sobrecarregadas pelo desempenho de múltiplas funções chama a atenção para o conceito de *burnout* materno, abordado por Roskam, Brianda e Mikolajczak (2018). Consoante aos autores, na maioria das vezes, mães se sentem gratas ao exercer o cuidado materno, contudo, quando há exposição prolongada a situações de desgaste e estresse, a mulher pode entrar em esgotamento - *burnout* materno, condição que compreende três fases: contraste, saturação e exaustão. Na fase de contraste, são detectadas diferenças comportamentais e ideológicas importantes entre a mãe e o filho; na fase de saturação, é observado um distanciamento emocional entre os dois; na fase de exaustão, por fim, tem-se o esgotamento emocional da mãe (Roskam, Brianda & Mikolajczak, 2018).

Quanto às figuras de apoio percebidas, em ambos os grupos, a mãe da mulher foi a mais citada. Tal dado vai de encontro aos achados de Casarotto (2021), que, ao analisar a experiência do “tornar-se mãe” para mães biológicas e adotivas, constatou que as mães das participantes do estudo foram citadas como as figuras que mais lhes forneciam suporte emocional e material, assim como de cuidados com o bebê e com os afazeres domésticos (Casarotto, 2021). De modo a contribuir com a constatação de Casarotto (2021), vale considerar as observações de Lopes, Prochnow e Piccinini (2010): ao avaliar as funções do apoio das mães das participantes para seu desempenho da maternidade, notou-se que suas mães, ao se fazerem presentes na maternidade de

suas filhas, têm a função de ser um modelo de identificação e orientação às participantes, além de lhes promover sensação de segurança e de ser percebido como uma possibilidade de dividir tarefas, de forma que a participante possa ser “liberada” de afazeres domésticos por sua mãe para se dedicar aos cuidados com o bebê com exclusividade (Lopes, Prochnow & Piccinini, 2010). Aqui, cabe a reflexão quanto ao fato de que, ainda que o apoio do parceiro da mulher seja de suma importância, o pai do bebê não é capaz de ser um modelo de identificação à mãe, sendo, então, tal papel restrito à mãe da mãe ou à outra figura feminina que seja, também, mãe.

Outra diferença identificada entre mães encarceradas e externas ao cárcere refere-se aos sofrimentos enfrentados na maternidade: enquanto os relatos das mães não encarceradas envolviam questões práticas, de rotina de cuidados e bem estar infantil e materno; os relatos das mães encarceradas envolviam sofrimentos relativos à separação do bebê. À vista disso, os maiores sofrimentos enfrentados na maternidade relatados pelas mulheres externas ao cárcere apoiam alguns achados de Demarchi *et al.* (2017), que apontam como sofrimentos: a insegurança quanto a capacidade de desempenhar a maternidade com sucesso e as mudanças individuais sobre a dinâmica familiar em relação aos novos papéis estabelecidos. Outros tópicos abordados pelos autores, como as mudanças gravídicas e a falta de apoio, sobretudo advinda do companheiro, não foram apontados como sofrimentos pelas mulheres externas ao cárcere desta pesquisa, mas como preocupações (Demarchi *et al.*, 2017).

Quanto aos sofrimentos citados pelas mães encarceradas, o apontamento da separação do filho aos 6 meses de idade está em conformidade com o estudo de Oliveira, Miranda e Costa (2015), que assinala tal separação como o maior sofrimento percebido por mães em situação de reclusão. No entanto, Oliveira, Miranda e Costa (2015) demonstram que o sofrimento relativo à separação implica na evitação, por parte de algumas mães, do estreitamento do laço afetivo mãe-filho, de modo que a dor da separação seja diminuída; o que não foi citado por nenhuma das mães encarceradas desta pesquisa. Os autores citados ainda mencionam que algumas mães têm a presença do filho no cárcere como um alento durante o aprisionamento, o que também foi constatado pela presente pesquisa (Oliveira, Miranda & Costa, 2015). O estudo de Casé (2022) também aponta a separação do bebê como sofrimento por parte de mães em cárcere, demonstrando, inclusive, que a participante da pesquisa que, com o objetivo de sofrer menos com a separação, optou por entregar o bebê assim que completou 1 mês de idade, apresentou sintomas depressivos depois da entrega do filho (Casé, 2022), o que reforça a intensidade do sofrimento vivenciado por essas mulheres nesse momento.

Independentemente do contexto em que estavam exercendo a maternidade, todas as participantes desta pesquisa se consideraram boas mães. Apenas *Hibisco* questionou algumas

atitudes pessoais, avaliando-as como sendo comportamentos de uma mãe má. De acordo com o relato da participante, ela tende a priorizar as suas necessidades às dos filhos, o que nos faz refletir sobre a construção do ideal materno. De acordo com Badinter (1985), a visão do amor de mãe como inato e incondicional foi socialmente construída, de modo a limitar às mulheres o cuidado com os filhos. Essa constatação está em consonância com Beauvoir (1960), que toma a maternidade como a causa principal da dominação do sexo masculino sobre o feminino, já que o maternar determina a ausência das mulheres no espaço público, confinando-as ao espaço privado. A compreensão do amor de mãe como inato e incondicional produz a idealização materna, que provoca sofrimento e frustração às mulheres-mães que, em determinados momentos, assim como *Hibisco*, não são capazes de agir conforme os valores de perfeição e abnegação conferidos às mães pela sociedade (Serrurier, 1993).

Por fim, a maior frequência de falas de participantes fazendo alusão à Deus ou à sua religiosidade vista no grupo de mulheres encarceradas, em comparação com o outro grupo, ratifica o que foi encontrado por Lima (2013): diante da experiência recorrente de sentimentos negativos em razão do encarceramento, mulheres detentas adotam a fé como estratégia de enfrentamento para se adaptarem à institucionalização prisional. Nesse sentido, por meio da assistência voluntária de algumas igrejas, principalmente evangélicas, muitas das mulheres se convertem à religião no cárcere, de modo que a religião passa a se mostrar, nesse contexto, um espaço para a busca da liberdade interior, além de uma maneira para esta população se sentir novamente inserida aos acordos morais e sociais da sociedade considerada de bem (Bergamaschi, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa mostrou que o contexto onde a maternidade é exercida têm influência sobre as percepções quanto ao seu exercício, havendo semelhanças e diferenças em relação ao processo de matinar de mães encarceradas e externas ao cárcere. Quanto às semelhanças: todas as mães perceberam baixo suporte social, tiveram sentimentos mistos ao descobrirem a gravidez e apresentaram sofrimentos e preocupações em relação à maternidade e ao filho. Quanto às diferenças, as mulheres encarceradas, em comparação com as mulheres externas ao cárcere: apresentaram menos incômodos quanto às mudanças corporais desencadeadas pela gestação, se ativeram aos aspectos biológicos do parto, relataram situações de violência obstétrica, tiveram mais questões quanto a amamentação, sentem-se mais apoiadas para serem mães, se percebem como boas mães em sua totalidade e demonstraram intenso sofrimento em relação a separação do bebê.

Apesar das contribuições deste trabalho a respeito do matinar em diferentes contextos, cumpre destacar algumas limitações: não ter considerado e analisado as influências de se estar vivenciando a pandemia de COVID-19 no momento da coleta de dados, visto que o momento pandêmico pode ter alterado as percepções das participantes quanto ao exercício da maternidade; os dados terem sido coletados tanto presencial quanto remotamente por um contratempo não controlado pelo estudo; e as mulheres encarceradas terem respondido aos instrumentos desta pesquisa na presença de agentes penitenciários, o que pode ter constrangido essas participantes e, conseqüentemente, influenciado suas respostas. Ainda diante das limitações citadas, espera-se que esta pesquisa contribua para que pesquisas futuras se aprofundem nas diferenças e semelhanças vistas no processo de matinar de mães encarceradas e não encarceradas, e que desenvolvam intervenções de maneira a mitigar os aspectos negativos expostos pelas participantes deste estudo e a maximizar seus aspectos positivos.

REFERÊNCIAS

- ABEP. **Critério de Classificação Econômica Brasil**, 2021. Disponível em: <https://www.abep.org/criterio-brasil>. Acesso em: 5 out. 2021.
- AIROSA, Sara; SILVA, Isabel. Associação entre vinculação, ansiedade, depressão, stresse e suporte social na maternidade. **Psicologia, Saúde e Doenças**, v. 14, n. 1, p. 64-77, 2013.
- ANDRADE, Denise; BESSA, Leandro; SILVA, Beatriz. Maternidade e amamentação no cárcere: o desafio adicional para a efetivação de direitos das mulheres presas. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, v. 8, n. 3, p. 476–493, 2020.
- BAPTISTA, Makilim; CARDOSO, Hugo. **Escala de Percepção do Suporte Social (versão adulta) - EPSUS-A**: relatório técnico. Itatiba, 2010.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.
- BERGAMASCHI, Luiz. Da Criminalidade à Religião: Práticas De Sentido No Interior Do Cárcere. **Anais dos Simpósios da ABHR**, v. 14, 2015.
- BRASIL. Lei nº 11.108, de 07 de abril de 2005. Garante às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. **Diário Oficial da União**, Brasília, 07 abr. 2005. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=08/04/2005>. Acesso em: 26 jan. 2023.
- BRASIL. Lei nº 11.942, de 28 de maio de 2009. Assegura às mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 mai. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11942.htm. Acesso em: 8 out. 2021.
- BRASIL. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN Mulheres e Grupos Específicos. **Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento Penitenciário Nacional**, Brasília, 24 jun. 2020. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ZlZWVmNzktNjRlZi00MjNiLWZhYmYtNjExNmMyNmYxMjRkIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 8 out. 2021.
- BRONFENBRENNER, Urie. On the natural of biological theory and research. *In*: BRONFENBRENNER, Urie. **Making human beings human**. California: SAGE, 2005. p. 3-15.
- CAMUS, Jean. O verdadeiro papel do pai. *In*: CANAVARRO, Cristina. **Psicologia da gravidez e da maternidade**. Coimbra: Quarteto, 2000, p. 204-223.

CASAROTTO, Mariana. **A experiência do “tornar-se mãe” em mães biológicas e em mães adotivas.** Monografia (Graduação em Psicologia) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, p. 67. 2021.

CASÉ, Camila. **O desenvolvimento do vínculo mãe-bebê no sistema prisional brasileiro.** Monografia (Graduação em Psicologia) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, p. 75. 2022.

COELHO, Adriana; MENEZES, Rakelen; LOBO, Maria. A importância da amamentação na formação de vínculos afetivos saudáveis entre mãe/bebê. **BIUS -Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia.** Rio Grande do Sul, v. 12, n. 5, p. 1-15, 2019.

COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o vício:** ensaios sobre o homoerotismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

DEMARCHI, Rafael *et al.* Percepção de gestantes e puérperas primíparas sobre maternidade. **Rev Enferm UFPE on line,** Recife, n. 7, p. 1-11, 2017.

GAY, Peter. **O cultivo do ódio:** a experiência da burguesia da Rainha Vitória a Freud. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In:* MINAYO, Maria; DESLANDES, Suely; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1993, p. 79-106.

GUNTER, Tracy *et al.* Frequency of mental and addictive disorders among 320 men and women entering the Iowa prison system: use of the MINI-Plus. **Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law,** Bloomfield, v. 36, p. 27-34, 2008.

MORAES, I. C. *et al.* Percepção sobre a importância do aleitamento materno pelas mães e dificuldades enfrentadas no processo de amamentação. **Revista de Enfermagem Referência,** Coimbra, v. 2, n. 2, p. 1-7, 2020.

MUÑOZ, Luz *et al.* Vivenciando a maternidade em contextos de vulnerabilidade social: uma abordagem compreensiva da fenomenologia social. **Revista Latino Americana de Enfermagem,** São Paulo, v. 21, n. 4, p. 913-919, 2013.

LEITE, M. G. *et al.* Sentimentos advindos da maternidade: revelações de um grupo de gestantes. **Psicologia em Estudo,** v. 19, n. Psicol. Estud., 2014 19(1), jan. 2014.

LEAL, Maria do Carmo *et al.* Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva,** v. 21, p. 2061-2070, 2016.

LIMA, Gigliola *et al.* Mulheres no cárcere: significados e práticas cotidianas de enfrentamento com ênfase na resiliência. **Saúde em debate,** Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 446-456, 2013.

LOPES, Rita; PROCHNOW, Laura; PICCININI, Cesar. A relação da mãe com suas figuras de apoio femininas e os sentimentos em relação à maternidade. **Psicologia em Estudo,** v. 15, n. 2, 2010.

OMS. **Organização Mundial de Saúde**. Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde. Genebra: OMS, 2014.

OLIVEIRA, Lannuzya; COSTA, Gabriela; MIRANDA, Francisco. O significado da maternidade para presidiárias. **Rev Enferm UFPE on line**, Recife, n. 9, p. 851-857, 2015.

RAPOPORT, Andréa; PICCININI, César Augusto. Apoio social e experiência da maternidade. **Journal of Human Growth and Development**, v. 16, n. 1, p. 85-96, 2006.

RODRIGUEZ, Mario; COHEN, Sheldon. Social support. **Encyclopedia of mental health**, v. 3, n. 2, p. 535-544, 1998.

ROSKAM, Isabelle; BRIANDA, Maria; MIKOLAJCKAZ, Moïra. A Step Forward in the Conceptualization and Measurement of Parental Burnout: The Parental Burnout Assessment (PBA). **Frontiers in Psychology**. Bélgica, jun. 2018.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.16, p. 137-150, 2001.

SCAVONE, Lucila. As múltiplas faces da maternidade. **Cad. Pesq.**, São Paulo, n. 54, p. 37-49, 1985.

SERRURIER, Catherine. **Elogio às Mães Más**. Tradução de Sonia Goldfeder. São Paulo: Summus, 1993.

TYE, Christine; MULLEN, Paul. Mental disorders in female prisoners. **Australian and New Zealand Journal of Psychiatry**, Malden, v. 40, p. 266-271, 2006.

WRIGHT, Brenda *et al.* Psychiatric morbidity among women prisoners newly committed and amongst remanded and sentenced. **Irish Journal of Psychological Medicine**, Cambridge, v. 23, n. 2, p. 47-53, 2006.

ANEXOS

ANEXO 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS (CECH)
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA (DPsi)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(Resolução CNS 510/2016)

As informações contidas neste prontuário foram fornecidas pela pesquisadora Letícia Moraes Cabianca, filiada à Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e pela orientadora da pesquisa, Prof^a Dra. Sabrina Mazo D’Affonseca, objetivando firmar acordo escrito, mediante o qual o voluntário da pesquisa autoriza sua participação com pleno conhecimento da natureza dos procedimentos e riscos a que se submeterá, com a capacidade de livre arbítrio e sem qualquer coação.

A pesquisa “Diferenças entre as percepções de mães encarceradas e mães externas ao cárcere quanto ao exercício da maternidade” tem como objetivo analisar as diferenças e as semelhanças quanto ao que dois grupos de mães (encarceradas e não encarceradas) entendem por “ser mãe”. A justificativa deste estudo se dá em razão do crescente aumento do número de mulheres no cárcere, que, muitas vezes, dividem o ambiente prisional com seus filhos. Além disso, o tema “maternidade” se faz de extrema relevância e não existem estudos anteriores a este que comparem esses dois grupos de mães no sentido do que elas entendem por “ser mãe”.

Os dados de ambos os grupos de mães, encarceradas e externas ao cárcere, serão coletados pela pesquisadora, de maneira remota, com cada uma das participantes, por meio da plataforma Google Meet. Primeiramente, será aplicado um questionário de caracterização das participantes, com o intuito de que sejam obtidos seus dados demográficos e pessoais, além de dados referentes à reclusão das mães encarceradas. Posteriormente ao questionário, na mesma chamada de vídeo, será utilizado o Critério Brasil, que tem a finalidade de categorizar a participante em uma classe socioeconômica. Em seguida, será aplicada a Escala de Percepção do Suporte Social EPSUS-A, de modo a obter o nível de suporte social das participantes. Por fim, a pesquisadora aplicará uma entrevista semiestruturada, elaborada por ela própria, a qual conta com 8 eixos principais acerca

do exercício da maternidade: (1) sentimentos diante do resultado confirmatório da gravidez, (2) possibilidade de aborto, (3) percepções acerca do parto, (4) mudanças corporais percebidas, (5) significado da amamentação, (6) caracterização das principais fontes de apoio para o exercício da maternidade, (7) sofrimentos enfrentados durante a maternidade e (8) percepções quanto ao ser mãe.

A resposta de todos os instrumentos, ou seja; questionário de caracterização das participantes, Critério Brasil, Escala de Percepção do Suporte Social EPSUS-A e entrevista semiestruturada, terá duração de 30 a 60 minutos, a depender do tempo de resposta de cada uma das participantes e da quantidade de informações fornecidas. Os quatro instrumentos serão respondidos em uma única sessão, sendo que os dados das mães encarceradas serão os primeiros a serem coletados, já que, apenas a partir de tais dados, a pesquisadora será capaz de selecionar mães não encarceradas cujos dados sociodemográficos (idade, renda, escolaridade, autodeclaração de cor e situação conjugal) e número de filhos sejam compatíveis aos do grupo de mães encarceradas.

As chamadas de vídeo, tanto para as mães encarceradas quanto para as mães externas ao cárcere, serão gravadas, em áudio, para posterior transcrição e análise dos dados obtidos. Tendo sido feita a transcrição de cada uma das entrevistas, sua gravação será excluída e o documento de sua transcrição será armazenado por, no máximo, 5 anos, no formato pdf. Para eventuais dúvidas e esclarecimentos, a política de privacidade da plataforma Google Meet encontra-se disponível em: <https://support.google.com/meet/answer/9852160#zippy=%2Cprivacidade-e-transpar%C3%Aancia>.

Os riscos da participação nesta pesquisa podem estar relacionados com o desconforto ao responder determinadas questões ou cansaço durante a coleta de dados. Além disso, ainda que a pesquisadora responsável empregue esforços para a preservação das participantes, existem riscos característicos do ambiente virtual em função das limitações das tecnologias utilizadas, não sendo possível fornecer garantia de sua total confidencialidade. Como forma de minimizar tais riscos, a pesquisadora fará o download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem", reduzindo a possibilidade de hackeamento. Ainda diante de todos os cuidados, na eventualidade da ocorrência de qualquer dano à participante, material ou imaterial, é de direito desta ser indenizada. Além disso, ainda que a participação na pesquisa não envolva qualquer custo, caso a participante tenha alguma despesa decorrente da participação na pesquisa, a pesquisadora responsável garante o ressarcimento e a cobertura desta. Reitera-se aqui que a participação na pesquisa é voluntária e a participante não receberá qualquer compensação financeira.

Para o grupo de mães externas ao cárcere, sugere-se que as participantes respondam aos instrumentos, de preferência, em uma situação privada, em um momento e local que considerem adequado. O grupo de mães encarceradas, contudo, contará com a presença de um funcionário da Unidade no momento da entrevista. Com o intuito de preservar as informações fornecidas pela participante, a Lei nº10.261, artigo 241, do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo, afirma que os funcionários devem guardar sigilo sobre os assuntos da Unidade, o que garante a confidencialidade das informações pessoais da participante encarcerada, bem como garante que sua privacidade seja respeitada.

As participantes receberão esclarecimentos quanto aos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa. Esses esclarecimentos podem ser fornecidos no momento e condição em que as participantes julgarem mais adequados: antes da coleta dos dados, via e-mail da pesquisadora responsável (leticacabianca@estudante.ufscar.br), ou no momento da coleta, via chamada de vídeo. Para a participante encarcerada que desejar tais esclarecimentos antes da coleta de dados, ela deve requisitar ao responsável por sua respectiva Unidade Prisional que os solicite via e-mail da pesquisadora. Além disso, caso seja de interesse da participante, serão fornecidas informações atualizadas obtidas durante o estudo, ainda que estas possam afetar a vontade da participante de continuar participando, já que a participante tem direito garantido de se retirar do estudo a qualquer momento, sem prejuízo algum. A participante tem, também, direito de não responder a qualquer pergunta realizada pela pesquisadora, não sendo necessária a apresentação de uma justificativa do motivo pelo não fornecimento da resposta.

Caso a participante queira se retirar do estudo, mesmo após o término da coleta de dados, um e-mail deve ser enviado à pesquisadora responsável pela pesquisa (leticacabianca@estudante.ufscar.br), não sendo necessário anexar ao pedido de desistência o motivo desta. As participantes encarceradas devem, para tal, entrar em contato com o responsável por sua respectiva Unidade Prisional para que ele envie, para o e-mail da pesquisadora, o pedido de desistência do estudo. É garantido que a participação da solicitante no estudo será rompida imediatamente após o envio do e-mail à pesquisadora.

A pesquisadora garante o sigilo quanto à identidade das participantes, bem como de todos aqueles que forem por elas mencionados. Assim, os resultados divulgados em congressos ou revistas científicas serão apresentados de maneira que nenhuma participante seja identificada. A pesquisadora assumirá responsabilidade por quaisquer situações não previstas que sejam decorrentes da participação na pesquisa. Além disso, a pesquisadora reconhece a condição de vulnerabilidade da população encarcerada e, portanto, pautará suas ações no cuidado para com este aspecto. Nesse sentido, para este grupo de mães, caso seja identificado algum problema,

desconforto ou crise emocional, haverá uma escuta da participante pelas pesquisadoras e ela poderá ser encaminhada para serviços disponíveis na Unidade Prisional da qual ela faz parte, por meio do contato das pesquisadoras com a direção. Para o grupo de mães não encarceradas, a participante poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável via e-mail (leticiaabianca@estudante.ufscar.br) para agendar um encontro, de até 50 minutos, com uma profissional especialista. A profissional realizará o acolhimento da participante e tomará as providências cabíveis relativas à demanda apresentada, realizando, se necessário, encaminhamento. Além disso, em caso de necessidade, as pesquisadoras se responsabilizam pela assistência total e imediata à participante durante e após a conclusão da pesquisa, se comprometendo a fazer sessões extras com ela de maneira virtual.

Os resultados obtidos ao fim do estudo serão disponibilizados tanto para as participantes encarceradas, quanto para as participantes externas ao cárcere. Para garantir à participante encarcerada o acesso aos resultados da pesquisa, eles serão encaminhados para as direções das penitenciárias femininas para que elas possam mediar o repasse dessas informações e disponibilizar os dados às participantes por meio da entrega de um material informativo de fácil compreensão, por exemplo, a ser produzido pela pesquisadora responsável. Para o outro grupo de mães, os resultados serão enviados para seus respectivos e-mails.

Devido ao caráter online deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, a assinatura das participantes será fornecida, ao fim deste termo, mediante preenchimento de seu nome completo e clique em um botão que assegura a concordância em participar da pesquisa. Para que as informações contidas neste termo e o consentimento da participante sejam guardados, uma cópia das respostas deste formulário será enviada ao e-mail nele registrado. Assim, no caso das mães externas ao cárcere, a cópia das respostas do formulário será enviada diretamente para seu e-mail; já no caso das mães encarceradas, a cópia será enviada ao e-mail do responsável por sua respectiva Unidade Prisional, podendo ser requisitada a qualquer momento. Para o grupo de mães externas ao cárcere, sugere-se que salve ou imprima o presente termo de consentimento.

Este projeto de pesquisa foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas. Caso a participante tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, deve entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFSCar, que está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa da universidade, localizado no prédio da reitoria (área sul do *campus* São Carlos).

Endereço: Rodovia Washington Luís km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP

Telefone: (16) 3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br

Horário de atendimento: das 08:30 às 11:30

O CEP está vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/CONEP. A CONEP tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo CNS, também atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam.

Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar - Asa Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF

Telefone: (61) 3315-587

E-mail: conep@saude.gov.br

Dado isso, eu _____, após leitura e compreensão deste termo de informação e consentimento, entendo que minha participação é voluntária, e que posso sair a qualquer momento do estudo, sem prejuízo algum. Confirmando que autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo no meio científico.

() Concordo em participar da pesquisa nos termos deste TCLE.

*Caso não concorde em participar, apenas feche essa página no seu navegador.

Pesquisadora responsável: Letícia Moraes Cabianca

Endereço: Rod. Washington Luiz, s/n, São Carlos - SP (Brasil), 13565-905

Telefone: (19) 99194.5284

E-mail: leticacabianca@estudante.ufscar.br

Orientadora: Sabrina Mazo D’Affonseca

Endereço: Laboratório de Análise e Prevenção da Violência – Laprev, Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, Rod. Washington Luiz, s/n, São Carlos - SP (Brasil), 13565-905

Telefone: (16) 3351.8745

E-mail: samazo@hotmail.com

ANEXO 2 - Questionário de caracterização das participantes

1. Dados demográficos e pessoais - para ambos os grupos de mães

1.1 Qual é a sua idade?

1.2 Com qual etnia ou cor você se identifica?

Branca

Preta

Parda

Amarela

Indígena

1.3 Qual seu nível de escolaridade?

Inexistente

Educação Infantil incompleta

Educação Infantil completa

Ensino Fundamental incompleto

Ensino Fundamental completo

Ensino Médio incompleto

Ensino Médio completo

Ensino Superior incompleto

Ensino Superior completo

Pós-graduação incompleta

Pós-graduação completa

1.4 Qual seu estado civil?

Solteira

Casada/em união estável

Divorciada

Viúva

1.5 Quantos meses tem seu filho?

0

1

2

3

4

5

6

1.6 Você tem outros filhos?

Sim

Não

1.7 Se sim, quantos?

2. Dados quanto a reclusão - apenas para o grupo de mães encarceradas

2.1 Qual foi o crime cometido?

2.2 Há quanto tempo você está cumprindo pena?

2.3 Quanto tempo de pena ainda tem que cumprir?

ANEXO 3 - Critério Brasil de classificação socioeconômica**1. Itens do domicílio⁴****1.1** Quantos automóveis você tem/tinha⁵, exclusivamente para uso particular?

- 0
- 1
- 2
- 3
- 4 ou mais

1.2 Quantas motos você tem/tinha, exclusivamente para uso particular?

- 0
- 1
- 2
- 3
- 4 ou mais

1.3 Quantos banheiros tem/tinha sua casa?

- 0
- 1
- 2
- 3
- 4 ou mais

1.4 Quantos computadores você tem/tinha, desconsiderando tablets e smartphones?

- 0
- 1
- 2
- 3
- 4 ou mais

1.5 Quantos DVDs você tem/tinha, incluindo quaisquer dispositivos que leiam DVD?

- 0
- 1

⁴ Todos os itens do domicílio citados devem estar funcionando, incluindo os que estão guardados. Caso não estejam funcionando, devem ser considerados apenas se tiver intenção de consertar ou repor nos próximos seis meses.

⁵ Verbos no presente, como “tem”, serão utilizados para o grupo de mães externas ao cárcere, enquanto verbos no passado, como “tinha”, serão utilizados para o grupo de mães encarceradas.

2

3

4 ou mais

1.6 Quantas geladeiras você tem/tinha?

0

1

2

3

4 ou mais

1.7 Quantos freezers você tem/tinha, acoplados ou não à geladeira?

0

1

2

3

4 ou mais

1.8 Quantos microondas você tem/tinha?

0

1

2

3

4 ou mais

1.9 Quantas máquinas de lavar louças você tem/tinha?

0

1

2

3

4 ou mais

1.10 Quantas máquinas de lavar roupa você tem/tinha, excluindo tanquinhos?

0

1

2

3

4 ou mais

1.11 Quantas secadoras de roupa você tem/tinha, considerando máquinas que lavam e secam?

- 0
- 1
- 2
- 3
- 4 ou mais

1.12 Quantos empregados domésticos você tem/tinha, considerando apenas os que trabalham/trabalhavam pelo menos cinco dias por semana?

- 0
- 1
- 2
- 3
- 4 ou mais

2. Acesso a serviços públicos

2.1 De onde provém/provinha a água utilizada neste domicílio?

- Rede geral de distribuição
- Poço ou nascente
- Outro meio

2.2 A rua de sua casa é/era:

- Asfaltada ou pavimentada
- Feita de terra ou cascalho

3. Grau de instrução do chefe de família

3.1 Qual o grau de instrução do chefe da família (aquele que contribui/contribuía com a maior parte da renda do domicílio)?

- Analfabeto / Fundamental incompleto
- Fundamental I completo / Fundamental II incompleto
- Fundamental II completo / Médio incompleto
- Médio completo / Superior incompleto
- Superior completo

ANEXO 4 - Escala de Percepção do Suporte Social (versão adulta) EPSUS-A

1. Posso contar com pessoas que...

1.1 Me convidam para atividades sociais

() Nunca () Poucas vezes () Muitas vezes () Sempre

1.2 Pagam minhas contas quando tenho um problema financeiro

() Nunca () Poucas vezes () Muitas vezes () Sempre

1.3 Me proporcionam situações agradáveis

() Nunca () Poucas vezes () Muitas vezes () Sempre

1.4 Compreendem meus problemas

() Nunca () Poucas vezes () Muitas vezes () Sempre

1.5 Escutam meus problemas sem me julgar

() Nunca () Poucas vezes () Muitas vezes () Sempre

1.6 São agradáveis para se conversar

() Nunca () Poucas vezes () Muitas vezes () Sempre

1.7 Respeitam minhas opiniões

() Nunca () Poucas vezes () Muitas vezes () Sempre

1.8 Estão ao meu lado quando preciso

() Nunca () Poucas vezes () Muitas vezes () Sempre

1.9 Me fornecem alimentação quando preciso

() Nunca () Poucas vezes () Muitas vezes () Sempre

1.10 Demonstram confiança

() Nunca () Poucas vezes () Muitas vezes () Sempre

1.11 Auxiliam em momentos de tomadas de decisões em minha vida

() Nunca () Poucas vezes () Muitas vezes () Sempre

1.12 Ajudam a comprar medicação quando estou doente

() Nunca () Poucas vezes () Muitas vezes () Sempre

1.13 Me divertem

() Nunca () Poucas vezes () Muitas vezes () Sempre

1.14 Me valorizam

() Nunca () Poucas vezes () Muitas vezes () Sempre

1.15 Me auxiliam a compreender determinada situação

() Nunca () Poucas vezes () Muitas vezes () Sempre

1.16 Proporcionam momentos de descontração

- () Nunca () Poucas vezes () Muitas vezes () Sempre
- 1.17** Auxiliam financeiramente quando preciso comprar algo necessário
- () Nunca () Poucas vezes () Muitas vezes () Sempre
- 1.18** Escutam meus medos e preocupações
- () Nunca () Poucas vezes () Muitas vezes () Sempre
- 1.19** Me convidam para atividades de lazer
- () Nunca () Poucas vezes () Muitas vezes () Sempre
- 1.20** Me fazem rir
- () Nunca () Poucas vezes () Muitas vezes () Sempre
- 1.21** Entendem meus valores
- () Nunca () Poucas vezes () Muitas vezes () Sempre
- 1.22** Me ajudam caso venha a ficar doente
- () Nunca () Poucas vezes () Muitas vezes () Sempre
- 1.23** Me convidam para praticar atividades físicas
- () Nunca () Poucas vezes () Muitas vezes () Sempre
- 1.24** Demonstram carinho por mim
- () Nunca () Poucas vezes () Muitas vezes () Sempre
- 1.25** Comemoram comigo minhas alegrias e conquistas
- () Nunca () Poucas vezes () Muitas vezes () Sempre
- 1.26** Conseguem me distrair
- () Nunca () Poucas vezes () Muitas vezes () Sempre
- 1.27** Me convidam para viajar
- () Nunca () Poucas vezes () Muitas vezes () Sempre
- 1.28** Me elogiam
- () Nunca () Poucas vezes () Muitas vezes () Sempre
- 1.29** Fazem contato comigo quando não compareço a um evento social
- () Nunca () Poucas vezes () Muitas vezes () Sempre
- 1.30** Preparam minhas refeições quando estou impossibilitada
- () Nunca () Poucas vezes () Muitas vezes () Sempre
- 1.31** Discutem meus problemas
- () Nunca () Poucas vezes () Muitas vezes () Sempre
- 1.32** Passam momentos agradáveis comigo
- () Nunca () Poucas vezes () Muitas vezes () Sempre
- 1.33** Confiam em mim

Nunca Poucas vezes Muitas vezes Sempre

1.34 Se preocupam com meu bem estar

Nunca Poucas vezes Muitas vezes Sempre

1.35 Emprestam dinheiro quando estou com dificuldades financeiras

Nunca Poucas vezes Muitas vezes Sempre

1.36 Ajudam com informações sobre os meus planos para o futuro

Nunca Poucas vezes Muitas vezes Sempre

2. Quando você respondeu as questões anteriores, em quantas pessoas você pensou?

Nenhuma 1 a 4 5 a 7 8 a 10 Mais que 10

3. Essas pessoas incluem:

3.1 Família

Sim

Não

Se sim, quantas pessoas?

3.2 Parentes

Sim

Não

Se sim, quantas pessoas?

3.3 Vizinhos

Sim

Não

Se sim, quantas pessoas?

3.4 Amigos da escola/universidade

Sim

Não

Se sim, quantas pessoas?

3.5 Amigos do clube

Sim

Não

Se sim, quantas pessoas?

3.6 Amigos em geral

Sim

() Não

Se sim, quantas pessoas?

3.7 Amigos do trabalho

() Sim

() Não

Se sim, quantas pessoas?

3.8 Amigos da igreja

() Sim

() Não

Se sim, quantas pessoas?

3.9 Outros

() Sim

() Não

Se sim, quantas pessoas?

Quem são essas pessoas?

ANEXO 5 - Entrevista semiestruturada

1. Resultado confirmatório da gravidez

1.1 A gravidez foi previamente planejada?

() Sim

() Não

1.2 Como você se sentiu diante do resultado confirmatório da gravidez?

1.3 Como o pai da criança reagiu diante do resultado confirmatório da gravidez?

2. Possibilidade de aborto

2.1 Você pensou em aborto?

() Sim

() Não

2.2 Você tentou abortar?

() Sim

() Não

2.3 Se sim, como você se sentiu?

3. Parto

3.1 Como você se sentiu no momento do parto?

3.2 Como foi o tratamento da equipe médica no momento do parto?

4. Mudanças corporais

4.1 As mudanças corporais desencadeadas pela gestação te incomodam/incomodaram?

() Sim

() Não

4.2 Se sim, quais mudanças corporais mais te incomodam/incomodaram?

5. Amamentação

5.1 Como tem sido a amamentação para você?

6. Apoio

6.1 Você sente que tem apoio para o exercício da maternidade?

Sim

Não

6.2 Se sim, de onde vem esse apoio?

7. Sofrimentos enfrentados

7.1 Quais são os maiores sofrimentos enfrentados durante a maternidade?

8. Ser mãe

8.1 Como você se vê como mãe?

8.2 Você se considera uma boa mãe?